

I-052 - ASSESSORIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

Pólita Gonçalves⁽¹⁾

Gestora Ambiental pela Universidade Estácio de Sá. Coordenadora Geral do Programa Coleta Seletiva Solidária do Instituto Estadual do Ambiente (PCSS/Inea-RJ).

Carolina Andrade da Silva

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Engenharia Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PEAMB/UERJ). Assessora Técnica do Programa Coleta Seletiva Solidária do Instituto Estadual do Ambiente (PCSS/Inea-RJ).

Maria Fernanda Peralta

Pedagoga pela Universidade Severino Sombra. Coordenadora Técnica do Programa Coleta Seletiva Solidária do Instituto Estadual do Ambiente (PCSS/Inea-RJ).

Endereço⁽¹⁾: Rua Sacadura Cabral, 103, 2ª sobreloja, sala 06 – Saúde – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-261 – Brasil – Tel: +55 (21) 2334-5354 – e-mail: politagoncalves@gmail.com

RESUMO

O PCSS é executado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), com recursos oriundos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM). O Programa objetiva assessorar e instrumentalizar os municípios para implantação de Programas Municipais de Coleta Seletiva Solidária no Estado do Rio de Janeiro, em atenção às leis e às normas ambientais, através do planejamento participativo, da educação ambiental e do controle social, com reconhecimento, inclusão, valorização e protagonismo da categoria dos catadores de materiais recicláveis.

A metodologia do Programa consiste em diversas atividades que incorporam aspectos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Política Estadual de Resíduos Sólidos relativos à coleta seletiva, gestão integrada de resíduos e inclusão socioproductiva de catadores de materiais recicláveis. Essas atividades do PCSS/INEA delimitam-se pela ação em quatro eixos interdependentes: gestores públicos municipais, órgãos públicos, escolas e catadores de materiais recicláveis. A metodologia do Programa junto aos municípios é dividida em três fases de atuação: Fase de estruturação, Fase piloto e Fase de expansão.

Para viabilizar o melhor gerenciamento e divulgação das informações relacionadas à coleta seletiva, geradas através da assessoria desse Programa, foi construído o *Observatório Estadual de Programas Municipais de Coleta Seletiva*. O Observatório é uma parceria entre o PCSS/INEA e o Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ.

Até junho de 2014, o Programa Coleta Seletiva Solidária atendeu e/ou está atendendo a 77 municípios. Destes, 25 municípios já iniciaram seus programas municipais de coleta seletiva, reintroduzindo, mensalmente, cerca de 595 toneladas de recicláveis na cadeia produtiva e integrando mais de 490 catadores a esses Programas Municipais de Coleta Seletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Coleta seletiva solidária, catadores de recicláveis, municípios, assessoria técnica, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

De modo a apoiar os municípios na elaboração e adequação do escopo das políticas públicas para melhoria da gestão dos resíduos sólidos e dos serviços de limpeza urbana trazido pela Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/07) e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10), o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou, em outubro de 2009, o Programa Coleta Seletiva Solidária – PCSS/INEA.

O PCSS é executado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), com recursos oriundos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM). O Programa objetiva assessorar e instrumentalizar os municípios para implantação de Programas Municipais de Coleta Seletiva Solidária no Estado do Rio de Janeiro, em atenção às leis e às normas ambientais, através do planejamento participativo, da educação ambiental e do controle social, com reconhecimento, inclusão, valorização e protagonismo da categoria dos catadores de materiais recicláveis.

Iniciativa pioneira no Brasil em termos de apoio direto do Governo do Estado na instrumentalização dos municípios para o cumprimento das legislações estadual e federal em vigor, o PCSS/INEA conta com uma equipe técnica multidisciplinar que, por meio de diferentes frentes de trabalho, atua em todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, cujos municípios estão agrupados em arranjos regionais, conforme ilustra a Figura 1 a seguir.

A Política de Resíduos Sólidos do Estado do Rio de Janeiro, promovida pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), através da Superintendência de Políticas de Saneamento, desenvolveu estudos para regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos, conforme preconiza a Política Nacional de Saneamento e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Com base nestes estudos, o Estado foi dividido em Arranjos Territoriais Ótimos – ATOS, com vistas ao manejo integrado e à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados em cada território, onde as soluções consorciadas são apontadas como a melhor e mais eficiente maneira de disposição final de resíduos.

Em arranjos mais afastados da cidade do Rio de Janeiro, foram contratados técnicos residentes das regiões, o que permite uma atuação descentralizada, facilita o deslocamento no Estado e o entendimento das diferentes realidades dos municípios, além de reduzir os custos do projeto.

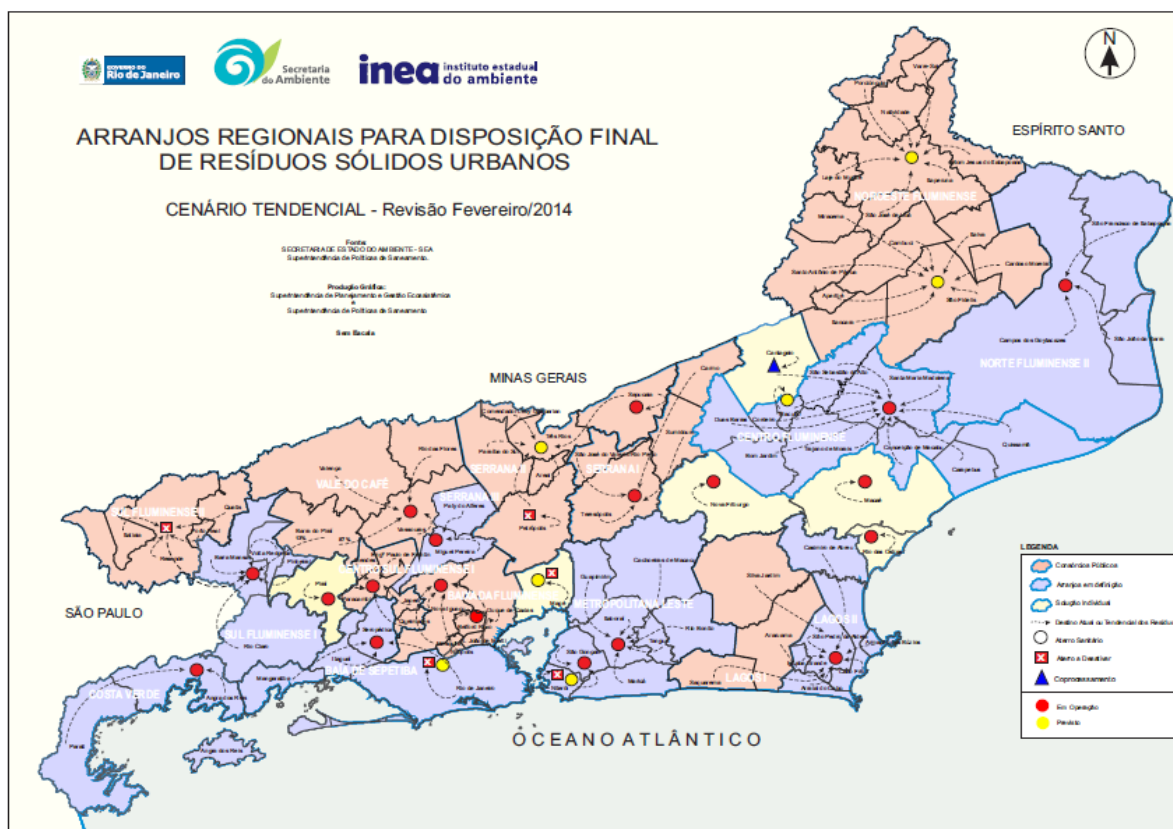


Figura 1: Mapa de arranjos regionais para disposição final de resíduos sólidos, que serve de base para a atuação dos técnicos do PCSS/INEA nos territórios.

Face ao exposto, o presente trabalho objetiva apresentar a assessoria técnica prestada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do PCSS/INEA, aos municípios fluminenses, no âmbito da coleta seletiva, o que promove a educação ambiental e a adoção de políticas públicas para a gestão integrada de resíduos sólidos.

METODOLOGIA DO PROGRAMA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

A metodologia do Programa consiste em diversas atividades – oficinas, cursos de capacitação, campanhas de mobilização social, reuniões e visitas técnicas, etc. – e incorpora aspectos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Política Estadual de Resíduos Sólidos relativos à coleta seletiva, gestão integrada de resíduos e inclusão socioproductiva de catadores de materiais recicláveis. Essas atividades do PCSS/INEA delimitam-se pela ação em quatro eixos interdependentes (Gestores Públicos Municipais, Órgãos Públicos Estaduais, Escolas Estaduais e Municipais e Catadores de Materiais Recicláveis), bem como pela realização da *Rede de Educação Ambiental Marinha – REAMAR* e pelo funcionamento do *Observatório Estadual de Programas Municipais de Coleta Seletiva*.

➤ Eixo Gestores Públicos Municipais

São os responsáveis pela gestão dos resíduos conforme a Constituição determina e, conseqüentemente, pela implantação e operacionalização do serviço de coleta seletiva solidária. Por este motivo, o PCSS/INEA instrumentaliza e assessora tecnicamente os municípios por meio de capacitação dos gestores municipais para melhoria da qualidade e dos processos da gestão de resíduos, com sensibilização da comunidade local através de campanhas de educação ambiental porta a porta. A assessoria acontece por meio de reuniões técnicas conceituais, de planejamento e de monitoramento, atividades de educação ambiental e, ainda, por meio do Curso de Capacitação de Gestores Públicos Municipais. O Curso, realizado de acordo com os arranjos regionais para disposição final de resíduos sólidos, é feito através de um curso de cinco módulos, conforme programa abaixo:

Módulo I – Arranjo Institucional e Condicionantes para o Apoio dos Municípios às Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis

- Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Comitê Intersecretarial Municipal – funções, participantes, modelos de Decreto e Portaria, modelo de planejamento da participação;
- Marco Legal da Gestão de Resíduos no Brasil;
- Legislação municipal pertinente – lei de grandes geradores, lei da coleta seletiva;
- A coleta seletiva solidária no ICMS Verde;
- Consórcios Intermunicipais para Gestão Regional dos Resíduos Sólidos e Planos Municipais de Gestão de Resíduos.

Módulo II – Inclusão Socioproductiva do Catador e Condicionantes para o Apoio do PCSS/INEA às Organizações de Catadores

- Plano Social para Catadores – O que é, tipos de apoio, como organizar o apoio;
- Diferença entre Associação e Cooperativa;
- Instrumentos para formalização da relação entre o município e a organização de catadores;
- Infraestrutura mínima para iniciar o programa municipal de coleta seletiva solidária.

Módulo III – Planejamento

- Noções gerais de planejamento e sua importância;
- Dimensionamento do programa municipal de coleta seletiva;
- Instrumentos de planejamento – Análise SWOT (Análise sistêmica do ambiente onde está inserido o Município e, conseqüentemente, o ambiente onde será desenvolvido o Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária), Plano de Ação, Plano de Metas;
- Escolha da área piloto – o que observar no momento da escolha: perfil socioeconômico da população, número de residências, proximidade geográfica em relação ao centro urbano;
- Roteirização – benefícios da rota planejada, necessidade de cumprimento, medição da adesão e da abrangência do serviço de coleta domiciliar.



Módulo IV – Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Externos

- Redação de projetos;
- Formulário básico;
- Orçamento;
- Itens financiáveis.

Módulo V – Educação Ambiental, Controle Social e Condições do Apoio Técnico e Financeiro do PCSS/INEA aos Municípios

- Planejamento Participativo – Controle Social na Gestão de Resíduos: o que é, para que serve, qual é o público alvo, quem deve aplicar, quais os temas abordados;
- O papel da Comunicação na Gestão de Resíduos (capacitação porta a porta) – o que é, para que serve, qual a importância, quando deve ser repetida, tipos de abordagem, quem deve realizar a campanha;
- A Importância da Escola para o Êxito do Programa Municipal de Coleta Seletiva: curso de formação para Gestores Escolares.

➤ Eixo Órgãos Públicos Estaduais

Assessoria técnica aos órgãos públicos para implantação da coleta seletiva solidária, em atendimento ao decreto estadual 40.645 de 2007, que institui a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

O trabalho desse Eixo do PCSS/INEA tem a seguinte proposta metodológica (Quadro 1):

Quadro 1: Proposta metodológica do Eixo Órgãos Públicos Estaduais.

ENCONTROS	DINÂMICA
Articulação com o Órgão Público	Reunião com os representantes do órgão público para sensibilização e início do processo de implantação da coleta seletiva solidária
1º Encontro	Orientação para formação da comissão de resíduos. Estabelecer um canal de comunicação com o Órgão Público.
2º Encontro	Orientação para elaboração do diagnóstico; Orientação para elaboração e execução do processo de escolha da cooperativa beneficiária.
3º Encontro	Visita técnica, junto à comissão de resíduos, para acompanhamento e verificação das informações contidas no diagnóstico elaborado pelo órgão público. Entrega de material informativo e didático.
4º Encontro	Planejamento das ações, com base no diagnóstico: pensar e estruturar as ações a serem desenvolvidas – Plano de Ação: - Planejamento da campanha de comunicação dos servidores e público flutuante; - Dimensionar a estrutura necessária para implantação da coleta seletiva; - Definir a compra de equipamentos necessários; - Definir e dimensionar os materiais necessários para as campanhas de sensibilização (inicial e de reforço); - Definir a logística interna do programa de coleta seletiva.
5º Encontro	Mobilização, sensibilização e treinamento dos funcionários de escritório, através de palestra com apresentação do PCSS/INEA; Campanhas de comunicação.
6º Encontro	Mobilização, sensibilização e treinamento dos funcionários da limpeza, através de palestra com apresentação do PCSS/INEA; Campanhas de comunicação.
7º Encontro	Pesquisa de opinião junto aos funcionários para avaliação da disposição para participar da coleta seletiva e verificação da eficácia do programa de treinamento; Palestra inicial para implantação do programa
8º Encontro	Encontro com funcionários e direção para lançamento do programa de coleta seletiva.
9º Encontro	Gestão: monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelo PCSS/INEA. Entrega de certificado ao Órgão que implementou a coleta seletiva.
Semestral	Monitoramento contínuo PDCA: balanço do programa no órgão público. Revisão dos objetivos.

➤ Eixo Escolas Estaduais e Municipais

O atendimento às escolas ocorre em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e secretarias municipais de educação, através de oficinas de capacitação e planejamento, tendo como público-alvo diretores, professores, coordenadores pedagógicos das unidades escolares da rede pública, bem como profissionais das secretarias municipais de meio ambiente e de educação.

As atividades do Eixo Escolas Estaduais e Municipais são iniciadas somente após a implantação do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária, enquanto serviço municipal e sob a responsabilidade da gestão pública, e com garantias de recolhimento sistemático dos materiais recicláveis oriundos das escolas.

O Curso de Formação para implantação da coleta seletiva nas escolas tem como objetivos: instrumentalizar e assessorar as escolas da rede pública na implantação da Coleta Seletiva Solidária; sensibilizar a comunidade escolar em relação às responsabilidades socioambientais individuais e coletivas; e proporcionar a integração das atividades da coleta seletiva solidária com projetos escolares. Com uma carga horária de 24 horas, sua metodologia consiste em:

- Aulas conceituais e uma visita técnica – 16 horas;
- Discussão dos pontos estruturantes para implantação da CSS nas escolas participantes e debate metodológico – 4 horas;
- Atividade de encerramento e certificação – 4 horas.

Na Figura 2 é apresentado o fluxo desse processo.

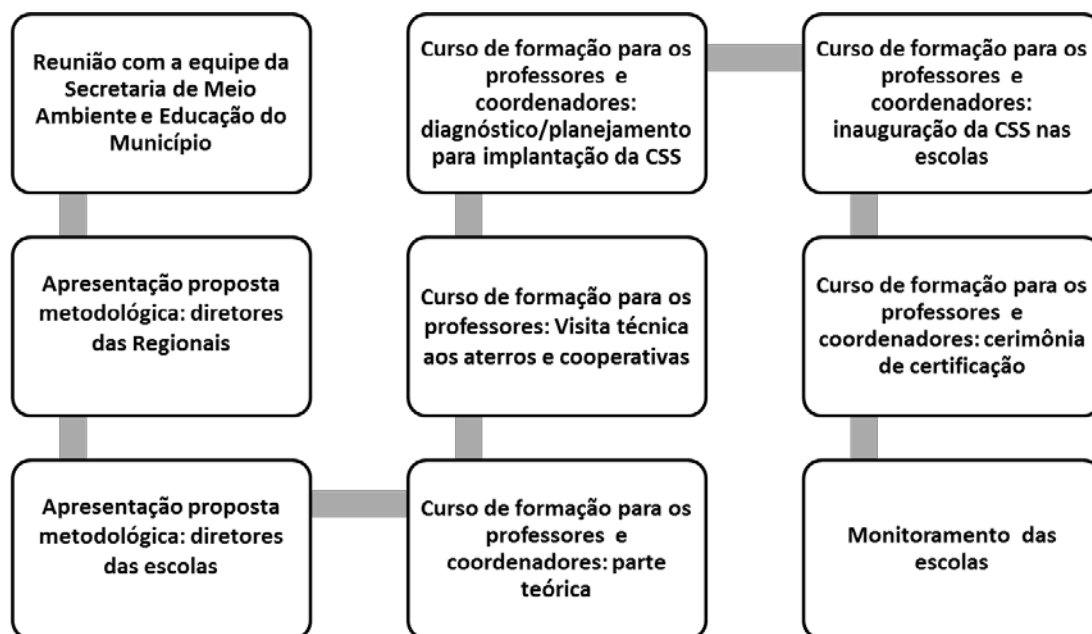


Figura 2: Fluxograma do Eixo Escolas.

Um importante avanço do trabalho realizado pelo PCSS/INEA, no âmbito de seu Eixo Escolas, foi a inclusão da coleta seletiva na Gestão Integrada Escolar (GIDE). A GIDE é uma ferramenta da Secretaria de Estado de Educação que tem como objetivo principal orientar e auxiliar as escolas estaduais na melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem, contemplando os diversos setores e atores da instituição. Esse modelo de gestão verifica os pontos fortes e fracos da instituição e articula ações de melhoria e alcance de metas.

Com o objetivo de ter a coleta seletiva encarada como uma ação necessária ao bom funcionamento da limpeza da escola e uma ação direta de cidadania, a partir de abril de 2013, a coleta seletiva integrou-se à GIDE como um dos itens a ser contemplado em sua pauta. Os IGT's (Integrantes do Grupo de Trabalho da SEEDUC) vêm sendo capacitados para a educação ambiental em resíduos sólidos pela equipe do PCSS/INEA no intuito de acompanhar, junto com os professores formados no curso de capacitação específico, a implantação da coleta seletiva nas escolas estaduais.

➤ Eixo Catadores de Materiais Recicláveis

De acordo com legislação federal, os catadores históricos e organizados são os beneficiários prioritários dos programas municipais de coleta seletiva. Para isto demandam capacitação técnica, boas condições de trabalho, acordos formais com a prefeitura local e acesso aos serviços de saúde e assistência social.

Os integrantes desse Eixo Catadores de Materiais Recicláveis, composto também por técnicos com histórico na catção, os quais desenvolvem a metodologia “de catador para catador”, buscam sensibilizar e assessorar os catadores, apoiando-os na formalização das cooperativas e na sua organização, por meio de capacitação administrativa e operacional. Todo o trabalho é desenvolvido pautando-se nos princípios técnico-científicos, nos princípios ambientais e nas diretrizes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

As atividades desenvolvidas por este Eixo objetivam a aptidão técnica das organizações de catadores a fim de que estas desenvolvam condições para que possam ser beneficiárias formais dos Programas Municipais de

Coleta Seletiva Solidária, inclusive tornando-se capazes de firmar contratos de prestação de serviços junto aos municípios.

Sendo o município responsável pela destinação dos materiais recicláveis provenientes do serviço municipal de coleta seletiva, a cooperativa beneficiária poderá ser contratada para triagem, enfardamento e reintrodução de materiais recicláveis na cadeia produtiva.

Na Figura 3 é apresentado o fluxo de ação do Eixo Catadores.



Figura 3: Fluxograma do Eixo Catadores.

Dentre as ações acima representadas, tem especial destaque a capacitação oferecida a esses trabalhadores, por conta da significativa mudança cultural e operacional no dia a dia das cooperativas. Essa capacitação se dá em sete módulos, a saber:

- Apresentação – Onde estamos inseridos?
- Cooperativismo – O que é cooperativismo e por que se formalizar?
- Políticas Públicas – Entendendo o que são políticas públicas e a comunicação.
- Administração – O que é autogestão e por que organizar?
- Produção – O que é comercialização?
- Logística – Entendendo o meu negócio.
- Saúde do Trabalhador – A saúde é o mais importante.

A estratégia metodológica do PCSS/INEA considera as potencialidades e limitações encontradas em cada município, conjugando planejamento e flexibilidade, o que resulta em uma atuação participativa realizada em três fases (Quadro 2):

Quadro 2: Fases da metodologia do Programa Coleta Seletiva Solidária.

<p>FASE 1 Estruturação</p>	<p>Constituição do arranjo institucional e da infraestrutura mínima para iniciar o Projeto Piloto (transporte, galpão e equipamentos para a destinação adequada dos recicláveis); Realização do primeiro ciclo de capacitação dos gestores municipais; Mobilização e cadastramento dos catadores de materiais recicláveis.</p>
<p>FASE 2 Implantação do Projeto Piloto</p>	<p>Início do projeto piloto do Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária, com coleta seletiva ponto a ponto voltada aos grandes geradores (escolas estaduais e municipais, órgãos públicos), às áreas iniciais de coleta domiciliar porta a porta e/ou aos pontos de entrega voluntária; Educação ambiental para escolas, órgãos públicos e sociedade civil organizada; Assessoria técnica para equipe municipal e grupo de catadores.</p>
<p>FASE 3 Expansão Territorial</p>	<p>Ampliação gradual da área de abrangência da coleta seletiva municipal, da educação ambiental e da continuidade da assessoria técnica; Formalização do serviço de coleta seletiva com a participação dos catadores de materiais recicláveis; Articulação para captação de recursos definitivos.</p>

Com vistas ao apoio estratégico e financeiro aos municípios, no que tange à infraestrutura necessária para implantação e/ou expansão dos seus programas de coleta seletiva, o PCSS/INEA também busca recursos externos, através do apoio na redação de projetos para captação de recursos.

➤ Observatório Estadual de Programas Municipais de Coleta Seletiva

No percurso de consolidação dos Programas Municipais de Coleta Seletiva são criados instrumentos e planos de atividades para monitorar e aperfeiçoar a metodologia do PCSS/INEA, com foco em sua melhoria contínua. Assim, durante as ações do Programa, os dados dos municípios são tratados e utilizados para fornecer resultados concretos, bem como compor índices e parâmetros.

Para viabilizar o melhor gerenciamento e divulgação desta gama de informações, foi construído o *Observatório Estadual de Programas Municipais de Coleta Seletiva*, através de uma parceria entre o PCSS/INEA e o Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ. Ferramenta piloto e complementar ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos, previsto na Lei nº 12.305 de 2010, o Observatório consiste num banco de dados georreferenciados relativos à coleta seletiva no Estado do Rio de Janeiro, os quais serão retratados em forma de textos, dados estatísticos e mapas dos municípios em suas fases de estruturação, piloto e de expansão territorial, conforme metodologia do PCSS/INEA. A ferramenta também permite o intercruzamento dos dados e dos indicadores relacionáveis.

Os recursos financeiros do Projeto são utilizados de forma descentralizada, tendo como co-executores a UERJ, no componente de assessoria, o INEA, no componente infraestrutura, e o CEPERJ, no componente Observatório da Coleta Seletiva do Estado do Rio de Janeiro.

➤ REAMAR

Além das atividades relacionadas diretamente à implantação da coleta seletiva solidária nos municípios, o PCSS/INEA coordena a *Rede de Educação Ambiental Marinha – REAMAR*. Por meio de atividades semanais com o foco na educação ambiental em relação ao lixo marinho (areia e fundo do mar), a REAMAR tem como objetivo integrar e envolver a comunidade moradora e frequentadora do bairro adotado para torná-la agente de transformação e preservação do local (Figura 4). Parcerias firmadas com diversas instituições viabilizam seu funcionamento, em que cabe ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) ser o órgão de mediação, coordenação e integração das mesmas.

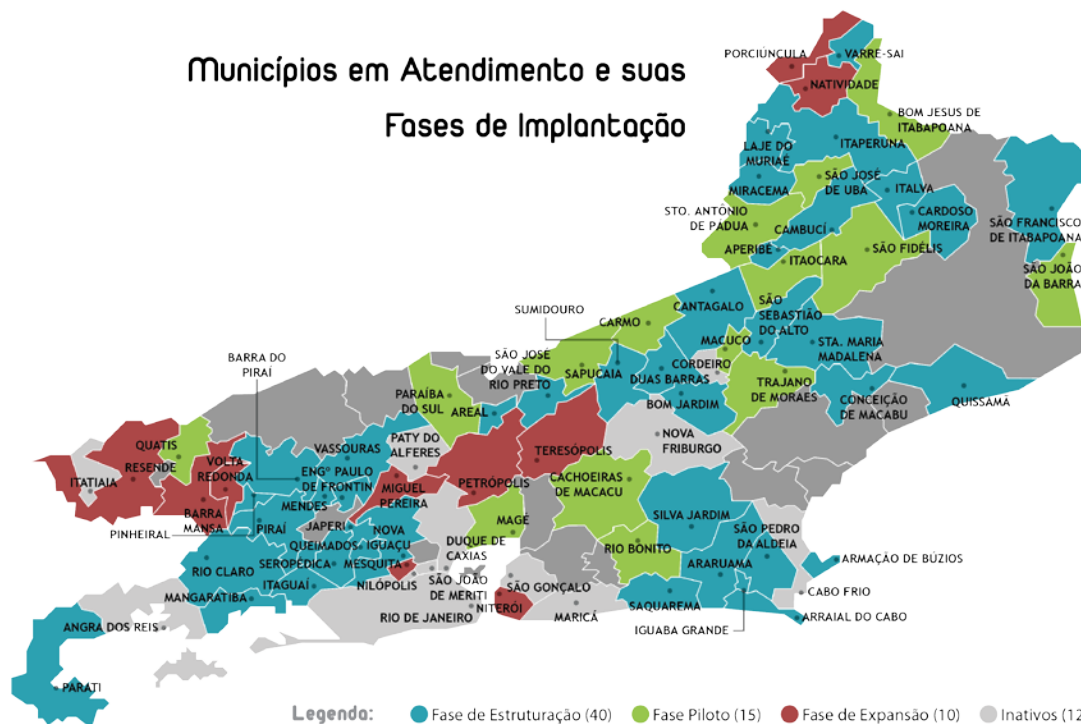


Figura 4: Fotos das atividades realizadas na REAMAR.

RESULTADOS OBTIDOS

Até junho de 2014, o Programa Coleta Seletiva Solidária teve como resultados gerais:

- 77 municípios atendidos ou em atendimento do total de 92 municípios no Estado (Figura 5). Destes, 25 municípios com coleta seletiva implantada e 37 com legislação municipal específica para a coleta seletiva.
- Cerca de 595 toneladas/mês de materiais recicláveis reintroduzidos na cadeia produtiva.
- Das 1.646 escolas estaduais do Rio de Janeiro, 553 (33,60%) foram atendidas diretamente ou estão em atendimento. Destas, 94 escolas implantaram a coleta seletiva. Ressaltamos que, conforme o processo metodológico do PCSS/INEA, as escolas começam a ser atendidas somente após a implantação do Programa Municipal de Coleta Seletiva, sob a responsabilidade da gestão municipal. As 553 escolas atendidas pelo PCSS localizam-se em 25 municípios fluminenses, sendo a maioria absoluta destes municípios considerados de pequeno/médio porte e localizados fora das regiões de maior concentração populacional. As escolas localizadas nestes 25 municípios com coleta seletiva implantada representam 38,4% do total das escolas da rede estadual de ensino.
- 46 órgãos públicos estaduais e federais com atendimento concluído ou em andamento. Destes, 25 órgãos públicos implantaram a coleta seletiva.
- 493 catadores de recicláveis inseridos nos Programas Municipais de Coleta Seletiva Solidária dos 25 municípios com coleta implantada. Estes municípios, em sua maioria, são considerados de pequeno/médio porte (conforme mapa de atendimento e suas fases de implantação) e localizam-se em regiões de baixa concentração populacional, cerca de 26% da população do estado. Os municípios localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro (onde se concentra 74% da população do estado) não possuem Programas Municipais de Coleta Seletiva.



27 de junho de 2014

Figura 5: Mapa de municípios atendidos ou em atendimento pelo Programa Coleta Seletiva Solidária, de acordo com as fases do Programa até junho de 2014.

➤ Prêmio Planeta Casa 2012

Em outubro de 2012 o Programa Coleta Seletiva Solidária foi o vencedor da 11ª edição do prêmio Planeta Casa na categoria Ação Social (Figura 6). O prêmio, oferecido anualmente pela revista Casa Claudia e pelo Programa Planeta Sustentável da editora Abril, foi um reconhecimento do trabalho realizado em um momento crucial de mudança em relação aos catadores de materiais recicláveis e à gestão de resíduos: o fechamento dos lixões do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 6: PCSS/INEA recebe o Prêmio Planeta Casa 2012.

CONCLUSÕES

O Programa Coleta Seletiva Solidária vem superando suas metas desde seu primeiro ano de implantação, de acordo com sua proposta metodológica, e alcançou resultados significativos e substanciais no que tange à implantação da coleta seletiva solidária nos territórios, como um dos fluxos da gestão integrada de resíduos sólidos.

Na metodologia, a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é abordada enquanto sistema voltado para conceber e implantar o gerenciamento de todos os fluxos de resíduos sólidos. Não se trata de um projeto, mas sim de um processo, cujas interfaces vão além dos aspectos administrativos e financeiros, englobando todas as funções públicas e interagindo com o setor privado, as instituições não governamentais, catadores de materiais recicláveis e a sociedade em geral, pressupondo descentralização e respeitando as especificidades locais.

À luz do marco legal vigente, bem como da metodologia adotada pelo Programa Coleta Seletiva Solidária, e considerando ainda seus resultados, o Programa vem cumprindo seus objetivos relacionados ao entendimento da coleta seletiva como um dos fluxos da gestão integrada de resíduos sólidos e de seus aspectos social, ambiental, técnico/instrumental e econômico por parte de todos os atores envolvidos.

Com relação à inclusão social dos Catadores de Materiais Recicláveis, observamos um avanço considerável no reconhecimento desta categoria profissional, tanto pela comunidade atendida pelo serviço municipal de coleta seletiva quanto pelo poder público municipal. Porém, muito há que ser feito quanto ao desenvolvimento de políticas públicas efetivas para a inclusão socioproductiva dos Catadores de Materiais Recicláveis e sua formalização. Através das oficinas de capacitação, desenvolvidas pelo PCSS/Inea, observou-se uma acentuada mudança comportamental dos Catadores de Materiais Recicláveis: estes trabalhadores estão mais fortalecidos, unidos e conscientes de seu papel na sociedade e na gestão integrada de resíduos sólidos.

O escopo do Programa Coleta Seletiva Solidária, que envolve diferentes atores sociais em um processo de mudança comportamental e adoção de novos paradigmas, reflete não apenas o compromisso de adequação aos novos cenários projetados para a gestão de resíduos sólidos no país, mas também o reconhecimento da importância do apoio técnico do Estado no cumprimento das determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL (2010). Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
2. _____ (2010). Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
3. ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2007). Decreto 40.645, de 8 de março de 2007. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
4. SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - RJ (2013). Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Convênio SRHU/MMA nº 010/2007. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1941406>>. Acesso em abril de 2014.